

## **INFORMAÇÕES AMBIENTAIS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: O QUE DIVULGAM AS EMPRESAS DE UTILIDADE PÚBLICA BRASILEIRAS?**

*ENVIRONMENTAL INFORMATION AND FINANCIAL STATEMENTS: WHAT DO BRAZILIAN PUBLIC UTILITY COMPANIES DISCLOSE?*

**Luciano Gomes dos REIS**

Universidade Estadual de Londrina – UEL  
professorlucianoreis@gmail.com

**Amanda dos Santos LUZIA**

Universidade Estadual de Londrina – UEL  
amandasantos.l@hotmail.com

Recebido em 06/2017 – Aprovado em 09/2017

### **Resumo**

O presente artigo teve por objetivo analisar a divulgação de informações econômico-financeiras de natureza ambiental, nas organizações do setor de utilidade pública. Utilizou-se a abordagem descritiva e a análise documental, com abordagem qualitativa. Utilizaram-se as demonstrações financeiras anuais do período de 2011 a 2014 das empresas investigadas, coletadas nos sites da CVM. Os resultados encontrados permitem afirmar que, no período de 2011 a 2014, demonstrações como a DMPL, a DVA, a DRA e o Parecer de Auditoria Independente não apresentaram divulgações relativas à área ambiental, em nenhuma empresa, em nenhum período. Não foi possível determinar um padrão de acréscimo ou decréscimo na divulgação de informações ambientais nas demonstrações financeiras no período analisado, pois do ano de 2011 para 2012 houve um decréscimo de 12,61% no total de divulgações, mas do ano de 2012 para 2013 houve um acréscimo de 7,16% no total de informações divulgadas. Já do ano de 2013 para 2014 houve novo decréscimo, de 3,27% no total de divulgações de natureza ambiental.

Palavras-chave: Informações Ambientais, Demonstrações Contábeis, Utilidade Pública.

## Abstract

*The aim of this article was to analyze the disclosure of economic-financial information of an environmental nature, in the organizations of the public utility sector. The descriptive approach and the documentary analysis were used, with a qualitative approach. The annual financial statements for the period 2011 to 2014 of the companies investigated, collected on the websites of the CVM, were used. The results show that, in the period from 2011 to 2014, demonstrations such as DMPL, DVA, DRA and the Independent Audit Opinion did not present environmental disclosures in any company in any period. It was not possible to determine a pattern of increase or decrease in the disclosure of environmental information in the financial statements in the period under review, since from 2011 to 2012 there was a decrease of 12.61% in total disclosures, but from 2012 to 2013 there was an increase of 7.16% in total information disclosed. From the year 2013 to 2014, there was a further decrease, of 3.27% in the total of environmental disclosures.*

**Keywords:** *Environmental Information, Financial Statements, Public Utility.*

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas as questões ambientais se tornaram uma preocupação da sociedade e, de forma complementar, também tornou-se um assunto de interesse de grande parte das empresas. Segundo Tinoco e Kraemer (2004) “a degradação excessiva do meio ambiente e a depleção exagerada de recursos naturais têm chamado a atenção em todo o mundo, e com isso o meio ambiente vem atraindo cada vez mais atenção e interesse”, inclusive da área contábil.

Andrade, Tachizawa e Carvalho (2002) consideram a questão da preservação ambiental como um dos fatores de maior influência a partir dos anos 90, deixando de ser uma função exclusiva de proteção, tornando-se uma função de administração. Neste contexto, Monteiro e

Ferreira (2007) afirmam que, dentre as diversas funções da administração de uma organização, a Contabilidade teria como papel evidenciar as informações sobre fatos e eventos, internos ou não à empresa, que podem afetar o meio ambiente e o patrimônio dessas entidades. Dessa forma, pode-se considerar que a Contabilidade é um veículo adequado para divulgar questões de cunho ambiental, que envolvam aspectos de natureza econômico-financeira.

Ainda segundo Tinoco e Kraemer (2004), a Contabilidade deveria buscar responder esse novo desafio, atendendo aos usuários interessados na atuação das empresas sobre o meio ambiente, ajudando no processo de decisão, além das obrigações com a sociedade no que diz respeito à questão ambiental.

Dias Filho (2007) afirma que, com o agravamento dos problemas relacionados ao aquecimento global, estima-se que as organizações tendam a investir mais ainda em divulgação de informações de caráter social e ambiental, mesmo que não estejam formalmente obrigadas a fazê-lo. A divulgação voluntária de informações aos mercados, na visão de diversos autores (Verrecchia, 2001; Salotti e Yamamoto, 2008; Novelini e Fragonesi, 2013), possui diversas funções, dentre as quais se destacam o aumento da transparência, e por conseqüência, uma redução no custo de capital destas empresas, mesmo que determinadas informações sejam consideradas tendenciosas, visando proporcionar uma maior aceitação por parte dos *stakeholders*.

Na visão de Tinoco e Robles (2006) “a questão ambiental pela sua relevância junto à sociedade moderna, tem de ser incorporada aos demonstrativos contábeis, pois seu impacto sobre os resultados empresariais ocorre a curto, médio e longo prazo”. Complementando essa ideia, de acordo com Cunha et al.,(2010), para que se possa acompanhar e comparar como as organizações executam a sua conduta sob o enfoque ambiental, torna-se necessária aos usuários desses relatórios terem informações a elaboração de relatórios anuais, que permitirão de natureza tempestiva, completa e fidedigna.

Como se pode constatar, pode haver diversas interfaces entre a área ambiental e a área contábil, especialmente se as organizações em questão estiverem enquadradas como de utilidade pública, possuindo uma maior necessidade de transparência a respeito das atividades desenvolvidas e do impacto destas atividades, direto ou indireto, na sociedade. Diante do exposto a pesquisa busca responder o seguinte problema: Como são apresentadas as informações ambientais divulgadas nas demonstrações financeiras anuais das empresas do setor de utilidade pública no período de 2011 a 2014?

Para responder a questão descrita acima, a presente pesquisa tem por objetivo analisar a divulgação de informações econômico-financeiras de natureza ambiental, tendo como foco específico as organizações do setor de utilidade pública e que publicam suas demonstrações contábeis. Dessa forma, espera-se verificar a evolução e o comportamento da divulgação das informações ambientais nas demonstrações financeiras.

O trabalho justifica-se pela importância do levantamento das questões ambientais na área contábil, e também pelas questões ambientais que se apresentam, atualmente, como um tema contemporâneo, estando presentes na agenda de governos, organizações não-governamentais e porque provocam impacto direto nas atividades empresariais.

Sendo assim, as questões de natureza ambiental podem redefinir a forma pela qual as organizações planejam seu desenvolvimento, impondo determinados limites sobre a utilização de recursos naturais e a qualidade de vida dos colaboradores, tendo como pano de fundo os impactos gerados nas comunidades situadas em seu entorno. Em se tratando de organizações de utilidade pública que divulgam tais informações, há uma tendência de apresentarem maior relevância, haja vista o seu impacto na sociedade como um todo.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

---

A responsabilidade com o meio ambiente em nosso país está se mostrando cada vez mais intensa e por isso as entidades estão adotando práticas de conscientização e preservação do meio ambiente incorporando suas atitudes nos relatórios contábeis. Para Sumiani et al. (2007), estes relatórios atuam como um transmissor de dados ambientais, elaborados com o intuito de satisfazer as exigências de prestação de contas dos diversos *stakeholders*, e também para evidenciar os caminhos trilhados pela empresa no que diz respeito às questões ambientais.

De acordo com Bernardo e Machado (2010) a contabilidade deve envolver tudo que se liga ao ambiente, pois a organização está implantada em um meio ambiente e seus atos, sendo eles positivos ou negativos, também estão sobre este meio e podem originar perdas ou ganhos que irão influenciar no desenvolvimento do patrimônio da entidade. De acordo com Ferreira (2003), a expansão da contabilidade para a área do meio ambiente é consequência da necessidade de oferecer informações adequadas às características de uma gestão ambiental.

Neste sentido, a Contabilidade se mostra como uma ferramenta muito importante, pois é através dela que os relatórios chegam à sociedade. Para Tinoco (2011), a sociedade merece ser informada sobre os esforços acerca das práticas ambientais e sociais das entidades, sendo sua divulgação positiva para as empresas, quer do ponto de vista de sua imagem, quer do ponto de vista da melhoria e qualificação da informação contábil/financeira.

Segundo Lindstaedt e Ott (2007), a conscientização da sociedade sobre as responsabilidades das empresas na preservação do meio ambiente foi um dos fatores indutores do compromisso das empresas na evidência e divulgação de informações de caráter ambiental. Segundo Hasseldine, Salama e Toms (2005), outro motivo para a evidência dessas informações é a reputação ambiental da empresa. De forma abrangente Iudícibus (2009) menciona que tais informações podem ser divulgadas nas

Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas, Relatório dos Auditores e da Administração ou ainda, nos Demonstrativos Suplementares. Para isso, as empresas precisam de certos parâmetros, normas e procedimentos para mensurarem, registrarem e evidenciarem com certo nível de exatidão os itens econômico-ambientais.

Sendo assim, se torna necessário o uso de informações e indicadores ambientais para proporcionar transparência aos negócios das empresas. Segundo Freitas et al. (2013), os indicadores ambientais apresentados nos relatórios disponibilizam essas informações à medida que possibilitam conhecer o estado do meio ambiente e como ele vem se transformando de forma direta e objetiva, além de retratar como uma nação ou entidade vem progredindo em relação às metas de desenvolvimento sustentável. Já as informações de natureza ambiental divulgadas permitem que os usuários conheçam os impactos positivos e negativos que a organização está causando ao meio-ambiente.

Internacionalmente, há estudos que vem abordando o tema de divulgação de informações ambientais sob os mais diversos enfoques. Os estudos realizados por O'Dwyer (2002), Magness (2006), Adams (2006) e Clarkson e Richardson (2007) tiveram por objetivo realizar uma análise a respeito da relação entre percepções gerenciais, performance ambiental e disclosure, seja ele social ou ambiental. De acordo com Calixto (2007), no Brasil, por sua vez, a divulgação de informações ambientais e sociais, por intermédio dos demonstrativos contábeis, ocorreu a partir do início da década de 1990, sendo que na mesma época foram elaboradas as primeiras pesquisas sobre contabilidade ambiental.

Em se tratando especificamente do setor de utilidade pública, Fonseca et al (2012) realizaram uma pesquisa a respeito do grau de aderência das informações prestadas pelas empresas deste setor à NBC T 15 – que versa sobre informações de natureza social e ambiental, no período de 2008 a 2010. Os autores constataram que o principal meio de divulgação destas informações ocorria por intermédio do Relatório de Administração, tendo sido verificado um

decréscimo no nível de informações prestadas. Destaca-se que, para Silva et al (2007) o Relatório da Administração pode ser caracterizado como um relatório narrativo, onde as organizações possuem uma certa liberdade de apresentar notícias, e por isto, não faz parte das demonstrações financeiras propriamente ditas, mas há uma exigência legal para a apresentação desse relatório, no qual deve evidenciar denominados negócios sociais e principais fatos administrativos.

Diante do exposto, pode-se observar que a contabilidade, analisada sob o enfoque ambiental, pode facilitar a integração dos aspectos ambientais no planejamento empresarial e na tomada de decisão, a partir da seleção de indicadores e da avaliação de informações relativas ao desempenho ambiental da empresa, despertando o interesse da sociedade a respeito dos riscos e oportunidades existentes nessa área, que podem afetar substancialmente as atividades empresariais, quando não geridos adequadamente.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva e foi realizada por meio da análise documental, com abordagem qualitativa dos dados. As conotações descritiva e qualitativa decorrem do fato que se procurou descrever e analisar as informações ambientais evidenciadas nas demonstrações financeiras anuais das empresas do setor público.

As pesquisas descritivas, segundo Gil (2010) têm como principal objetivo descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Conforme Michel (2009), a pesquisa descritiva “se propõe a verificar e explicar problemas, fatos ou fenômenos da vida real [...], seu objetivo é explicar fenômenos, relacionando-os com o ambiente”. De forma abrangente, Andrade (2008) afirma que a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles.

Em relação à abordagem do problema, julga-se a pesquisa com enfoque qualitativo. Segundo Strauss e Corbin, esse tipo de pesquisa produz resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação. Para Oliveira (2008) a pesquisa qualitativa tem sua característica em tentar explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações que foram obtidas.

A pesquisa foi classificada como documental porque se utilizaram as demonstrações financeiras anuais das empresas como fonte de dados para análise do período de 2011 a 2014 das empresas investigadas, coletadas nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da BMF Bovespa. Os dados foram coletados durante os meses de Outubro e Novembro de 2015.

Para Bardin (2011) a técnica de análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo a informação contida nos documentos originais, por intermédio de procedimentos de transformação. Segundo Calado e Ferreira (2005), o uso da técnica se justifica pela utilização restrita a documentos que, geralmente, podem ser obtidos gratuitamente ou a um baixo custo e servem para consulta, para comprovação de algo, ou até mesmo, para a identificação de ocorrências em que o pesquisador não pôde observar ou assistir.

#### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta dos dados foi feita através de levantamento de palavras-chave, e realizada nos documentos apresentados pela empresa e disponibilizados nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da BMF Bovespa.

Por apresentarem relação com as questões do meio ambiente, os termos selecionados dentro das demonstrações foram: ambiental, meio ambiente, preservação e recursos naturais.

Para alcançar o objetivo, foram consultadas as seguintes demonstrações: demonstração de resultado do exercício, balanço patrimonial, demonstração de mutações do patrimônio líquido, demonstração do valor adicionado, demonstração do resultado abrangente, relatório da administração, notas explicativas e parecer dos auditores, no período de 2011 a 2014, nos documentos que integram as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs).

Considerando os termos objeto da pesquisa, cada um deles foi analisado individualmente, procedendo-se a pesquisa por setores e por ano de publicação das referidas demonstrações financeiras. Dessa forma, os quadros apresentados a seguir resumem os dados coletados em 64 empresas do segmento de Energia Elétrica.

**Quadro 1:** Segmento Energia Elétrica x Termo “Ambiental”

Demonstrações	Ano			
	2011	2012	2013	2014
DRE	0	1	4	4
B.P	9	11	13	9
DMPL	0	0	0	0
DVA	0	0	0	0
DRA	0	0	0	0
Relatório da Administração	549	435	530	566
Notas Explicativas	691	586	567	558
Parecer dos Auditores	0	0	0	0
Total de Evidenciações	1249	1033	1114	1137

Fonte: elaboração dos autores

Conforme pode ser observado no quadro 1, que apresenta a análise do termo “ambiental”, no setor de energia elétrica, verificou-se uma maior ocorrência no ano de 2011, com 1249 sentenças, destacando-se que foram evidenciadas 9 destas no balanço patrimonial, 549 no relatório da administração e 691 nas notas explicativas. O segundo ano com maior ocorrência do termo foi 2014, com o total de 1137 sentenças, sendo 4 na DRE, 9 no balanço patrimonial, 566 no relatório de administração e 558 nas notas explicativas.

Em contrapartida, verificou-se que as evidenciações do termo ambiental no ano de 2012 foram as que obtiveram menor número no período analisado, sendo 1 sentença foi evidenciada na DRE, 11 no balanço patrimonial, 435 no relatório de administração e 586 nas notas explicativas.

O quadro 2 apresenta a análise do termo “ meio ambiente”.

Observou-se que teve a maior ocorrência deste termo em 2011, com o total de 328 sentenças, sendo 145 delas no relatório da administração e 183 nas notas explicativas.

Nos anos de 2012 e 2013 os números de evidenciações foram os mesmos, tendo prevalência do termo nas notas explicativas. O ano com menor ocorrência do termo foi 2014, com o total de 266, sendo 139 no relatório da

administração e 127 nas notas explicativas.

O quadro 3, por sua vez, apresenta a análise do termo “ preservação”, que teve maior incidência do ano de 2013, com o total de 103 sentenças, sendo 57 no relatório da administração e 46 nas notas explicativas. O segundo ano com a maior ocorrência é 2012 com 94 sentenças, sendo 46 no relatório da administração e 48 nas notas explicativas.

Os anos de 2011 e 2014 apresentaram o total 93 sentenças cada um, com maior ocorrência no relatório da administração.

O quadro 4 apresenta a análise do termo “ recursos naturais”.

Nota-se que em todos os anos, o termo é mencionado somente no relatório da administração e nas notas explicativas. O ano de 2014 teve a maior número de sentenças, totalizando 48, sendo 37 delas no relatório da administração e 11 nas notas explicativas. O segundo ano com maior ocorrência foi 2013, com o total de 40 sentenças, sendo 28 no relatório da administração e 12 nas notas explicativas.

Em contrapartida o ano com o menor número de ocorrências foi 2012, com 33 sentenças, sendo 20 no relatório da administração e 13 nas notas explicativas.

**Quadro 2:** Segmento Energia Elétrica x Termo “Meio Ambiente”

Demonstrações	Ano			
	2011	2012	2013	2014
DRE	0	0	0	0
B.P	0	0	0	0
DMPL	0	0	0	0
DVA	0	0	0	0
DRA	0	0	0	0
Relatório da Administração	145	118	139	139
Notas Explicativas	183	166	145	127
Parecer dos Auditores	0	0	0	0
Total de Evidenciações	328	284	284	266

Fonte: elaboração dos autores

**Quadro 3: Segmento Energia Elétrica x Termo “Preservação”**

Demonstrações	Ano			
	2011	2012	2013	2014
DRE	0	0	0	0
B.P	0	0	0	0
DMPL	0	0	0	0
DVA	0	0	0	0
DRA	0	0	0	0
Relatório da Administração	50	46	57	54
Notas Explicativas	43	48	46	39
Parecer dos Auditores	0	0	0	0
Total de Evidenciações	93	94	103	93

Fonte: elaboração dos autores

**Quadro 4: Segmento Energia Elétrica x Termo “Recursos Naturais”**

Demonstrações	Ano			
	2011	2012	2013	2014
DRE	0	0	0	0
B.P	0	0	0	0
DMPL	0	0	0	0
DVA	0	0	0	0
DRA	0	0	0	0
Relatório da Administração	19	20	28	37
Notas Explicativas	16	13	12	11
Parecer dos Auditores	0	0	0	0
Total de Evidenciações	35	33	40	48

Fonte: elaboração dos autores

Na sequência, são apresentadas as informações provenientes dos dados coletados em 7 empresas do segmento de Água e Saneamento:

O quadro 5 apresenta a análise do termo “ambiental”, que teve maior ocorrência no ano de 2013 com 309 sentenças, sendo 1 na DRE, 217 no relatório da administração e 91 nas notas explicativas. Nota-se que o referido termo no ano de 2013 teve prevalência no relatório da administração. No ano de 2014 o termo aparece 267 vezes, sendo 1 na DRE, 172 no relatório da administração e 94 nas notas explicativas. O ano com menor ocorrência foi 2011, com o total de 250 evidenciações, com prevalência no relatório da administração.

O quadro 6 apresenta a análise do termo “meio ambiente”, no mesmo segmento:

Observou-se que, no ano de 2011 houve o maior número de evidenciações, sendo 45 no relatório da administração, e 12 nas notas explicativas, totalizando 57. Seguido por 2012, com 41 sentenças no total, sendo 38 no relatório da administração e 3 nas notas explicativas. Nos anos seguintes o número de evidenciações diminuiu, totalizando 39 sentenças em 2013 e, 37 sentenças em 2014. Nota-se que em todos os anos o maior número de sentenças estava presente no relatório da administração.

**Quadro 5: Segmento Água e Saneamento x Termo “Ambiental”**

Demonstrações	Ano			
	2011	2012	2013	2014
DRE	1	1	1	1
B.P	0	0	0	0
DMPL	0	0	0	0
DVA	0	0	0	0
DRA	0	0	0	0
Relatório da Administração	158	155	217	172
Notas Explicativas	91	101	91	94
Parecer dos Auditores	0	0	0	0
Total de Evidenciações	250	257	309	267

Fonte: elaboração dos autores

**Quadro 6: Segmento Água e Saneamento x Termo “Meio Ambiente”**

Demonstrações	Ano			
	2011	2012	2013	2014
DRE	0	0	0	0
B.P	0	0	0	0
DMPL	0	0	0	0
DVA	0	0	0	0
DRA	0	0	0	0
Relatório da Administração	45	38	36	32
Notas Explicativas	12	3	3	5
Parecer dos Auditores	0	0	0	0
Total de Evidenciações	57	41	39	37

Fonte: elaboração dos autores

**Quadro 7: Segmento Água e Saneamento x Termo “Preservação”**

Demonstrações	Ano			
	2011	2012	2013	2014
DRE	0	0	0	0
B.P	0	0	0	0
DMPL	0	0	0	0
DVA	0	0	0	0
DRA	0	0	0	0
Relatório da Administração	32	35	26	19
Notas Explicativas	5	7	7	7
Parecer dos Auditores	0	0	0	0
Total de Evidenciações	37	42	33	26

Fonte: elaboração dos autores

**Quadro 8:** Segmento Água e Saneamento x Termo “Recursos Naturais”

Demonstrações	Ano			
	2011	2012	2013	2014
DRE	0	0	0	0
B.P	0	0	0	0
DMPL	0	0	0	0
DVA	0	0	0	0
DRA	0	0	0	0
Relatório da Administração	7	8	7	4
Notas Explicativas	1	0	0	0
Parecer dos Auditores	0	0	0	0
Total de Evidenciações	8	8	7	4

Fonte: elaboração dos autores

**Quadro 9:** Segmento Gás x Termo “Ambiental”

Demonstrações	Ano			
	2011	2012	2013	2014
DRE	0	0	0	0
B.P	0	0	0	0
DMPL	0	0	0	0
DVA	0	0	0	0
DRA	0	0	0	0
Relatório da Administração	14	15	18	9
Notas Explicativas	0	0	0	0
Parecer dos Auditores	0	0	0	0
Total de Evidenciações	14	15	18	9

Fonte: elaboração dos autores

O quadro 7 apresenta a análise do termo “preservação”, com maior número de ocorrências em 2012, totalizando 42 sentenças, sendo 35 no relatório da administração e 7 nas notas explicativas. O ano de 2011 aparece com o segundo maior número de evidenciações, com o total de 37 sentenças, sendo 32 no relatório da administração e 5 nas notas explicativas. Em 2014, houve o menor número de ocorrências com o total de 26 evidenciações.

Na sequência, no quadro 8, apresenta-se a análise do termo “recursos naturais” com poucas evidenciações no total, conforme visto a seguir:

Apurou-se que os anos de 2011 e 2012 têm o maior número de ocorrências com 8 sentenças cada um. Em todos os anos analisados, o termo aparece predominantemente no relatório da

administração, com apenas 1 sentença em 2011 nas notas explicativas. O ano com menor número de ocorrências foi 2014, com o total de 4 sentenças, todas no relatório da administração.

Os quadros a seguir apresentam informações obtidas nas demonstrações financeiras das duas empresas do segmento de Gás, de acordo com a pesquisa realizada no endereço eletrônico da BM&F Bovespa.

O quadro 9 apresenta a análise do termo “ambiental”, que teve maior ocorrência em 2013 com 18 sentenças no total, seguido por 2012 com o total de 15 sentenças. O ano com o menor número de evidências foi o de 2014, com o total de 9 sentenças.

Nota-se que nos anos analisados, este termo apareceu somente no relatório da administração.

O quadro 10 apresenta a análise do termo “meio ambiente”, nas demonstrações financeiras pesquisadas. Observou-se que em todos os anos são poucas evidenciações no total.

O ano com maior incidência foi 2013, com o total de 6 sentenças. Os anos de 2011 e 2012 apresentaram 5 evidenciações cada e, 2014, apresenta apenas 3 evidenciações.

Percebe-se que nos anos analisados, o termo aparece somente no relatório da administração.

O quadro 11 apresenta a análise do termo “preservação”. Os anos de 2011, 2013 e 2014 aparecem com uma evidenciação por ano. Já o ano de 2012 apresenta no total 3 ocorrências. Nota-se que o termo aparece somente no relatório da administração.

O quadro 12 apresenta a análise do termo “recursos naturais”. Percebe-se que nos anos analisados são poucas ocorrências no total. Nos anos de 2011 e 2012 não há menção ao termo em nenhuma das demonstrações. Já o ano de 2013 apresenta uma sentença e 2014, duas. Nota-se que o termo foi mencionado somente no relatório da administração.

De forma complementar, foi elaborado um resumo das divulgações de natureza ambiental, consolidando-se os termos “ambiental”, “meio-ambiente”, “preservação” e “recursos naturais”, por ano e por demonstração, conforme apresentado no quadro 13.

**Quadro 10: Segmento Gás x Termo “Meio Ambiente”**

Demonstrações	Ano			
	2011	2012	2013	2014
DRE	0	0	0	0
B.P	0	0	0	0
DMPL	0	0	0	0
DVA	0	0	0	0
DRA	0	0	0	0
Relatório da Administração	5	5	6	3
Notas Explicativas	0	0	0	0
Parecer dos Auditores	0	0	0	0
Total de Evidenciações	5	5	6	3

Fonte: elaboração dos autores

**Quadro 11: Segmento Gás x Termo “Preservação”**

Demonstrações	Ano			
	2011	2012	2013	2014
DRE	0	0	0	0
B.P	0	0	0	0
DMPL	0	0	0	0
DVA	0	0	0	0
DRA	0	0	0	0
Relatório da Administração	1	3	1	1
Notas Explicativas	0	0	0	0
Parecer dos Auditores	0	0	0	0
Total de Evidenciações	1	3	1	1

Fonte: elaboração dos autores

**Quadro 12:** Segmento Gás x Termo “Recursos Naturais”

Demonstrações	Ano			
	2011	2012	2013	2014
DRE	0	0	0	0
B.P	0	0	0	0
DMPL	0	0	0	0
DVA	0	0	0	0
DRA	0	0	0	0
Relatório da Administração	0	0	1	2
Notas Explicativas	0	0	0	0
Parecer dos Auditores	0	0	0	0
Total de Evidenciações	0	0	1	2

Fonte: elaboração dos autores

**Quadro 13:** Informações ambientais por ano e por demonstração financeira

	2011	2012	2013	2014	Total
DRE	1	2	5	5	13
B.P	9	11	13	9	42
DMPL	0	0	0	0	0
DVA	0	0	0	0	0
DRA	0	0	0	0	0
Relatório da Administração	1025	878	1066	1036	4005
Notas Explicativas	1042	924	871	841	3678
Parecer dos Auditores	0	0	0	0	0
Total de evidenciações	2077	1815	1955	1891	7738

Fonte: elaboração dos autores

Demonstrações como a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Resultado Abrangente e o Parecer de Auditoria Independente não apresentaram divulgações relativas à área ambiental, em nenhuma empresa, em nenhum período. Como exemplo de divulgação ambiental, poderia haver a reserva para contingências ambientais, na DMPL, mas não foi encontrada em nenhuma empresa do setor analisado. As demonstrações mais tradicionais, por sua vez, que são o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados, apresentaram poucas divulgações, com destaque para o Balanço

Patrimonial no ano de 2013, com 13 divulgações, o mesmo que a Demonstração de Resultados apresentou na totalidade dos anos analisados. Destaque-se que as informações prestadas no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultados foram todas oriundas das empresas do setor de Energia Elétrica.

Verifica-se, pelos dados pesquisados, que usualmente as empresas do setor de utilidade pública divulgam, de forma predominante, as informações de natureza ambiental no relatório da administração e, no caso das empresas de energia elétrica, foram encontrados relatos em número expressivo de menções, nas notas

explicativas. Por sua vez, as empresas de água e saneamento, bem como as empresas de gás, constantes do setor de utilidade pública, também divulgam as informações de natureza ambiental pelo Relatório de Administração e, em alguns casos, pelas Notas Explicativas. As empresas de água e saneamento, em especial, possuem fundamental importância nas questões de natureza ambiental, uma vez que operam com itens que são essenciais à sustentabilidade, seja sob o aspecto da sociedade, seja do aspecto empresarial, tais como o fornecimento de água potável, o tratamento de esgotos e, em alguns casos, o gerenciamento de aterros sanitários de resíduos sólidos.

Quando comparado com o estudo realizado por Fonseca et al (2012), este estudo apresenta diferenças básicas em relação à forma de análise, pois enquanto o artigo citado verificou a aderência das informações prestadas pelas empresas do setor de utilidade pública à NBC T 15, no período de 2008 a 2010, este estudo realizou uma análise do volume de informações ambientais prestadas pelas empresas em números absolutos, no período de 2011 a 2014. Neste trabalho e no trabalho de Farias et al (2012) constatou-se que o principal meio de divulgação ocorre por meio do Relatório de Administração, com exceção do ano de 2011, sendo que neste estudo apurou-se também um elevado número de menções dos termos de natureza ambiental nas notas explicativas, totalizando-se 3678 menções. Entretanto, é importante ressaltar que foi observado um decréscimo nas divulgações de Notas Explicativas, no período analisado, conforme pode ser visualizado no quadro 13, partindo-se de 1042 divulgações em 2011 para 841 divulgações em 2014.

Não foi possível determinar um padrão de acréscimo ou decréscimo na divulgação de informações ambientais nas demonstrações financeiras no período analisado, pois do ano de 2011 para 2012 houve um decréscimo de 12,61% no total de divulgações, mas do ano de 2012 para 2013 houve um acréscimo de 7,16% no total de informações divulgadas. Já do ano de 2013 para

2014 houve novo decréscimo, de 3,27% no total de divulgações de natureza ambiental. Tal variação pode ser considerada normal, tendo em vista as especificidades e variações nos fatos a serem divulgados anualmente pelas empresas. Estes resultados contrastam com os encontrados por Farias et al (2012), que afirmaram ter encontrado um decréscimo nas informações divulgadas pelas empresas.

## 5 CONCLUSÕES

O presente artigo teve por objetivo analisar a divulgação de informações econômico-financeiras de natureza ambiental, tendo como foco específico as organizações que divulgam tais informações do setor de utilidade pública e que publicam suas demonstrações contábeis. Os setores de utilidade pública, classificados em energia elétrica, água/saneamento e gás tiveram suas demonstrações financeiras coletadas e analisadas, visando verificar como se deu tal divulgação.

Os resultados apontaram que o setor de energia elétrica situa-se na vanguarda da divulgação de natureza ambiental, com maior número de empresas divulgando tais informações, enquanto que os setores de água e saneamento e gás ainda possuem uma divulgação ambiental restrita às notas explicativas e relatórios da administração.

As demonstrações financeiras publicadas pelo setor de utilidade pública que mais apresentaram divulgação de termos de natureza ambiental foram o Relatório de Administração, que se caracteriza como uma demonstração financeira obrigatória, mas de natureza narrativa, sendo que usualmente pode apresentar informações com viés, uma vez que apresenta a visão dos administradores a respeito dos negócios da empresa.

A divulgação dos impactos que as organizações causam ou podem causar ao meio-ambiente, seja por intermédio de relatórios obrigatórios, como as demonstrações financeiras objeto deste estudo, seja por intermédio das divulgações de

natureza voluntária, constituem-se em um campo de estudo vasto, que deve ser explorado pelas pesquisas na área de contabilidade.

Como sugestões para estudos futuros, recomendam-se pesquisas que tenham por objeto outros setores de atividade, além do pesquisado neste artigo, bem como uma comparação entre setores de diferentes países, visando observar se as legislações nacionais podem influenciar no nível de divulgação de informações de natureza ambiental, por parte das organizações.

## REFERÊNCIAS

---

- ADAMS, C. A. Internal organizational factors influencing corporate social and ethical reporting: beyond current theorizing. *AAAJ – Accounting, Auditing & Accountability Journal*. v. 15, n. 2, p. 223-250, 2002.
- ANDRADE, M. M. de. Como preparar trabalhos para cursos de pósgraduação: noções práticas. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- ANDRADE, R. O. B.; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A. B. Gestão Ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Makron Books, 2002. p. 206.
- BARBIERI, J. C. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004. 214 p.
- BARDIN, L.. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011. p. 280.
- BERNARDO, M. L.; MACHADO, D. C. Contabilidade e Gestão Ambiental: um estudo de caso sobre o disclosure ambiental da companhia Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS). In: Congresso internacional de administração; gestão estratégica: inovação, tecnologia e sustentabilidade. 2010.
- CALADO, S. S.; FERREIRA, S.C.R. Análise de Documentos: Método de Recolha e Análise de dados. *Didáctica das Ciências – Mestrado em Educação*, 2005. Disponível em: [www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analise documentos.pdf](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analise documentos.pdf). Acesso em: 17 de fevereiro de 2016.
- CALIXTO, L. Uma análise da evidenciação ambiental de companhias brasileiras. *UnB Contábil*, v. 10, p. 1-16, 2007.
- CARVALHO, G. M. B.. Contabilidade ambiental: teoria e pratica. 2ª ed. Brasília: Juruá, 2008..
- CLARKSON, P. LI; Y. RICHARDON, G.. Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: an empirical analysis. *Accounting, Organizations and Society*, v. 33, p. 5-25, 2007.
- CUNHA, P. R.; BEUREN, I. M.; CARDOZO, L. Evidenciação social e ambiental nos relatórios da administração de empresas do setor de construção civil. *Revista Produção Online*, v.10, n. 2, p. 374, jun. de 2010.
- DIAS FILHO, J. M. Políticas de evidenciação contábil: um estudo do poder preditivo e explicativo da teoria da legitimidade. In: 31º Encontro da ANPAD. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.
- FERREIRA, A. C. S.; Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável. 2.ed. – São Paulo: Atlas, 2006.
- FREITAS, A. R. P.; KOBAL, A. B. C.; LUCA, M. M. M.; GALLON, A.V. Indicadores Ambientais: Um estudo comparativo entre empresas brasileiras e Espanholas. *Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 34-51, jan./abr. 2013.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- HASSELDINE, J.; SALAMA, A.I.; TOMS, J.S. Quantity versus quality: the impact of environmental disclosures on the reputations of UK Plcs. *The British Accounting Review*, v.37, n.2, p231-248, 2005.
- IUDÍCIBUS, S. de. Teoria da contabilidade. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- LINDSTAEDT, Â. R. S.; OTT, E.. Evidenciação de informações ambientais pela contabilidade: um estudo comparativo entre as normas

- internacionais (isar/unctad), norte- americanas e brasileiras. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, v. 18, n. 4, p. 11-35, out./dez., 2007.
- MAGNESS, V.. Strategic Posture, Financial performance and environmental disclosure: an empirical test of legitimacy theory. *AAAJ – Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 19, n. 4, p. 540-563, 2006
- MICHEL, M. H. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: Um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo: Atlas, p.40, 2005.
- MONTEIRO, P. R. A.; FERREIRA, A. C. S; A evidenciação da informação ambiental nos relatórios contábeis: um estudo comparativo com o modelo do ISAR/ UNCTAD. *Revista de Gestão Social e Ambiental*. São Paulo, v.1, nº1, p. 83. abr, 2007.
- NOVELINI, C. P.; FREGONESI, M. S. F. A. Análise da divulgação de informações sobre investimentos sociais por empresas que se declaram socialmente responsáveis. *RCO - Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 17, p. 89–101, 2013.
- OLIVEIRA, M. M. de. Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses. 4ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2008.
- O'DWYER, B.. Managerial perceptions of corporate social disclosure: an Irish story. *AAAJ – Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 15, n. 3, p. 406-436, 2002
- RIBEIRO, M. S. Contabilidade Ambiental. São Paulo: Editora Saraiva, 2006. p.112.
- SALOTTI, B. M.; YAMAMOTO, M. M.. Divulgação voluntária da Demonstração de Fluxos de Caixa no Mercado de Capitais Brasileiro. *Revista Contabilidade e Finanças USP*. São Paulo. v. 19. n. 48. p. 37 – 49. setembro/dezembro 2008.
- SILVA, C. A. T; RODRIGUES, F. F.; ABREU, R. L. Análise dos relatórios de administração das companhias abertas brasileiras: um estudo do exercício social de 2002. *Revista de Administração Contemporânea*. vol.11 no.2 Curitiba Apr./June 2007 <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552007000200005>
- STRAUSS, A.; CORBIN, J. Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 23.
- SUMIANI, Y.; HASLINDA, Y.; LEHMAN, G. Environmental reporting in a developing country: a case study on status and implementation in Malaysia. *Journal of Cleaner Production*, v. 15, n. 10, p. 895-901, 2007.
- TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. Contabilidade e gestão ambiental. São Paulo: Atlas, 2004.
- TINOCO, J. E. P.; ROBLES, L. T. A contabilidade da gestão ambiental e sua dimensão para a transparência empresarial: estudo de caso de quatro empresas brasileiras com atuação global. *Revista de Administração*. Rio de Janeiro, v.40, nº 6, p. 1079. nov./dez, 2006.
- VERRECCHIA, R., 2001. Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics* 32, 97–180